

**Memórias coletivas em disputa e identidades insurgentes:
O protagonismo Kaingang em instituições patrimoniais****Graziella Plaça Orosco de Souza**

Pós-Doutoranda, PPGAU-UNIVAG e FCT/UNESP, Brasil

grazaorosco@gmail.com<https://orcid.org/0000-0001-7366-1078>**Sandra Medina Benini**

Professora Doutora, PPGAU-UNIVAG, Brasil

sandra.benini@univag.edu.br<https://orcid.org/0000-0002-7109-8717>**Fernando Lopes da Silva**

Doutorando, FCT/UNESP, Brasil

fernandoeducar.educar@gmail.com<https://orcid.org/0000-0002-2901-3089>**Geise Brizotti Pasquotto**

Pós-Doutoranda, PPGARQ UNESP, Brasil

geise.pasquotto@unesp.br<https://orcid.org/0000-0001-8912-9334>

Submissão: 08/09/2025

Aceite 11/12/2025

SOUZA, Graziella Plaça Orosco de; BENINI, Sandra Medina; PASQUOTTO, Geise Brizotti. Memórias coletivas em disputa e identidades insurgentes: O protagonismo Kaingang em instituições patrimoniais. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [S. I.], v. 14, n. 91, p. e2530, 2026. DOI: [10.17271/23188472149120266221](https://doi.org/10.17271/23188472149120266221). Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/6221. Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Memórias coletivas em disputa e identidades insurgentes: O protagonismo Kaingang em instituições patrimoniais

RESUMO

Objetivo – O artigo teve como objetivo analisar a atuação do povo Kaingang no campo da memória institucionalizada e da produção patrimonial, a partir de uma perspectiva decolonial.

Metodologia – A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa-crítica, fundamentada em práticas de etnografia colaborativa, pesquisa participativa e escuta situada. O estudo de caso orientou a investigação empírica, articulando observação, análise documental e participação em atividades culturais e educativas, com ênfase na coautoria do conhecimento e na produção situada da memória.

Originalidade/Relevância – A originalidade do trabalho reside na análise das práticas de memória indígena a partir da agência dos próprios sujeitos, deslocando o enfoque da representação institucional para a autorrepresentação e a coprodução da memória.

Resultados – Os resultados indicaram que a atuação Kaingang no Museu Índia Vanuíre produziu deslocamentos relevantes nas práticas museológicas e educativas, rompendo com a lógica expositiva tradicional e com a vitrínização da cultura indígena. Foram identificadas práticas de curadoria compartilhada, museologia insurgente e produção de memória viva, baseadas na oralidade, na performatividade, na territorialidade e nos referenciais cosmológicos Kaingang.

Contribuições teóricas/metodológicas – O estudo contribuiu teoricamente ao articular a memória como disputa política, a pluralidade epistemológica e as práticas patrimoniais contra-hegemônicas.

Contribuições sociais e ambientais – No plano social, a pesquisa evidenciou o fortalecimento da autodeterminação narrativa e do protagonismo indígena na construção da memória pública. No plano ambiental, destacou a centralidade do território e da floresta como fundamentos da memória e do conhecimento Kaingang, reafirmando a indissociabilidade entre patrimônio cultural, território e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Memória indígena. Patrimônio cultural. Museologia decolonial.

2

Collective Memories in Dispute and Insurgent Identities: Kaingang Protagonism in Heritage Institutions

ABSTRACT

Objective – The article aimed to analyze the role of the Kaingang people in the field of institutionalized memory and heritage production from a decolonial perspective.

Methodology – The research was conducted through a qualitative-critical approach, grounded in collaborative ethnography, participatory research, and situated listening practices. The case study guided the empirical investigation, articulating observation, documentary analysis, and participation in cultural and educational activities, with an emphasis on co-authorship of knowledge and the situated production of memory.

Originality/Relevance – The originality of the study lies in the analysis of Indigenous memory practices based on the agency of the subjects themselves, shifting the focus from institutional representation to self-representation and the co-production of memory.

Results – The results indicated that Kaingang participation in the Índia Vanuíre Museum produced significant shifts in museological and educational practices, breaking with traditional exhibition logics and the objectification of Indigenous culture. Practices of shared curation, insurgent museology, and the production of living memory were identified, grounded in orality, performativity, territoriality, and Kaingang cosmological frameworks.

Theoretical/Methodological Contributions – The study contributed theoretically by articulating memory as a political dispute, epistemological plurality, and counter-hegemonic heritage practices.

Social and Environmental Contributions – At the social level, the research highlighted the strengthening of narrative self-determination and Indigenous protagonism in the construction of public memory. At the environmental level, it emphasized the centrality of territory and forest as foundations of Kaingang memory

and knowledge, reaffirming the inseparability between cultural heritage, territory, and socio-environmental justice.

Keywords: Indigenous memory. Cultural heritage. Decolonial museology.

Memorias colectivas en disputa e identidades insurgentes: El protagonismo Kaingang en las instituciones patrimoniales

RESUMEN

Objetivo – El artículo tuvo como objetivo analizar la actuación del pueblo Kaingang en el campo de la memoria institucionalizada y de la producción patrimonial, desde una perspectiva decolonial.

Metodología – La investigación se desarrolló a partir de un enfoque cualitativo-crítico, fundamentado en prácticas de etnografía colaborativa, investigación participativa y escucha situada. El estudio de caso orientó la investigación empírica, articulando observación, análisis documental y participación en actividades culturales y educativas, con énfasis en la coautoría del conocimiento y en la producción situada de la memoria.

Originalidad/Relevancia – La originalidad del trabajo reside en el análisis de las prácticas de memoria indígena a partir de la agencia de los propios sujetos, desplazando el enfoque de la representación institucional hacia la autorrepresentación y la coproducción de la memoria.

Resultados – Los resultados indicaron que la actuación Kaingang en el Museo Índia Vanuíre produjo desplazamientos relevantes en las prácticas museológicas y educativas, rompiendo con la lógica expositiva tradicional y con la cosificación de la cultura indígena. Se identificaron prácticas de curaduría compartida, museología insurgente y producción de memoria viva, basadas en la oralidad, la performatividad, la territorialidad y los marcos cosmológicos Kaingang.

Contribuciones teóricas/metodológicas – El estudio contribuyó teóricamente al articular la memoria como disputa política, la pluralidad epistemológica y las prácticas patrimoniales contrahegemónicas.

Contribuciones sociales y ambientales – En el plano social, la investigación evidenció el fortalecimiento de la autodeterminación narrativa y del protagonismo indígena en la construcción de la memoria pública. En el plano ambiental, destacó la centralidad del territorio y del bosque como fundamentos de la memoria y del conocimiento Kaingang, reafirmando la inseparabilidad entre patrimonio cultural, territorio y justicia socioambiental.

3

Palabras clave: Memoria indígena. Patrimonio cultural. Museología decolonial.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre memória, patrimônio e identidades locais tem ganhado centralidade nos estudos contemporâneos voltados à crítica das formas institucionais de produção e consagração de narrativas históricas. Essa centralidade se acentua no contexto latino-americano, onde a persistência da colonialidade do poder (Quijano, 2005) continua a estruturar os modos de organização do saber, da cultura e da memória. As instituições patrimoniais — como arquivos, bibliotecas e museus — têm desempenhado, ao longo da história, o papel de legitimar certas versões do passado enquanto silenciam outras, sobretudo aquelas oriundas de povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos subalternizados. Diante disso, torna-se urgente repensar criticamente as práticas patrimoniais à luz de perspectivas decoloniais, que desafiem o monopólio epistemológico da modernidade ocidental e reorientem os modos de narrar e salvaguardar a memória coletiva.

O presente artigo propõe uma análise decolonial das instituições patrimoniais brasileiras a partir da experiência do povo Kaingang na Terra Indígena Vanuíre e na sua interlocução com o Museu Índia Vanuíre, localizado em Tupã, interior do estado de São Paulo. Por meio de um estudo de caso etnográfico e crítico, busca-se compreender como os Kaingang têm tensionado e resignificado os dispositivos museológicos, arquivísticos e educativos, desestabilizando os marcos hegemônicos da patrimonialização e afirmando práticas de memória insurgente. O objetivo central do artigo é analisar, com base em categorias de análise construídas a partir de referenciais decoloniais, as estratégias de resistência, reexistência e autorrepresentação protagonizadas pelos Kaingang no interior de instituições patrimoniais.

A metodologia adotada é qualitativo-interpretativa, fundamentada em referenciais da pesquisa-ação colaborativa (Fals Borda, 1978), etnografia crítica (Lassiter, 2005) e pedagogias decoloniais (Walsh, 2009; Smith, 2018). A análise parte do pressuposto de que a produção de conhecimento não é neutra nem desinteressada, e que a escuta e a coautoria do saber são elementos fundamentais na construção de uma ciência comprometida com a justiça epistêmica. A escolha do caso Kaingang fundamenta-se não apenas em sua relevância etnográfica, mas em sua potência teórica e política como exemplo de deslocamento simbólico e insurgência patrimonial.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o campo das epistemologias do Sul (Santos, 2010), oferecendo subsídios para repensar o papel das instituições patrimoniais em contextos de pluralidade epistêmica e conflito ontológico. Ao analisar como práticas indígenas se articulam a partir de uma lógica própria de memória, tempo e território, o artigo se alinha a uma agenda de pesquisa comprometida com a descolonização do pensamento, das metodologias e das políticas culturais.

A estrutura do artigo está organizada em sete seções. A primeira apresenta a introdução do tema, objetivos e justificativas. A segunda discute os fundamentos críticos da memória social e das identidades locais sob uma perspectiva decolonial. A terceira seção problematiza o papel das instituições patrimoniais e suas práticas de memória. A quarta detalha a abordagem metodológica adotada. A quinta seção apresenta o estudo de caso do povo Kaingang no interior paulista. A sexta

sistematiza as categorias de análise que orientam a leitura crítica do caso. Por fim, a sétima seção reúne as considerações finais, propondo reflexões sobre os deslocamentos institucionais e epistêmicos que emergem da relação entre povos indígenas e patrimônio.

2 MEMÓRIA SOCIAL E IDENTIDADES LOCAIS: FUNDAMENTOS CRÍTICOS PARA UMA ABORDAGEM DECOLONIAL

O conceito de memória social tem sido amplamente mobilizado para compreender os modos pelos quais grupos e sociedades constroem sentidos compartilhados sobre o passado (Candau, 2016; Pollak, 1989). Contudo, pensar a memória sob uma perspectiva crítica exige ultrapassar a noção normativa de "lembrança coletiva" e considerar os dispositivos históricos, epistêmicos e institucionais que regulam quem pode lembrar, o que pode ser lembrado e de que forma essa lembrança é legitimada e disseminada socialmente.

A memória, nesse sentido, é um terreno político e simbólico de disputas. Como sustenta Elizabeth Jelin (2002), as memórias são sempre seletivas, concorrentes e marcadas por relações de poder. A institucionalização da memória pública, via de regra, ocorre em contextos de assimetria estrutural, nos quais certos grupos sociais exercem maior controle sobre os marcos da recordação e da visibilidade histórica. Nesse contexto, a abordagem decolonial emerge como ferramenta crítica para desestabilizar essas hierarquias narrativas e questionar a hegemonia da história oficial, forjada sob o signo do eurocentrismo (Mignolo, 2007).

No contexto latino-americano, essa crítica se torna ainda mais urgente. A colonialidade do poder (Quijano, 2005) estrutura não apenas as dimensões econômica e política das sociedades, mas também os regimes de produção de conhecimento e os modos de ordenar simbolicamente as experiências sociais. Ela se expressa, por exemplo, na imposição de um metarrelato histórico monocultural que silencia cosmologias indígenas, apaga memórias locais e deslegitima saberes orais e corporais. Como apontam Mignolo e Walsh (2018), resistir a essa colonialidade implica desobedecer epistemicamente — ou seja, afirmar outras formas de conhecer, narrar e pertencer ao mundo.

É nesse horizonte que a decolonialidade propõe uma reconfiguração dos sentidos da memória e da identidade. A memória deixa de ser compreendida como um depósito de fatos passados e passa a ser pensada como ação política situada, como disputa viva pelo direito de existir e de narrar-se a partir de si. Essa virada implica reconhecer a memória como insurgência: potência de reexistência frente ao apagamento, ferramenta de luta simbólica e rearticulação comunitária (Walsh, 2009; Smith, 2018).

Essa crítica é particularmente relevante quando se trata de povos indígenas, como os Kaingang, cujas experiências históricas foram sistematicamente deslegitimadas pelos discursos oficiais e pelas instituições patrimoniais (Cury, 2021). A memória Kaingang, estruturada na oralidade, na circularidade do tempo, na relação com o território e na cosmologia dualista kamã/kanhru, escapa aos dispositivos ocidentais de fixação e registro. Trazer essa memória para o

centro da análise é não apenas um gesto de justiça cognitiva, mas também uma reconfiguração dos próprios critérios do que conta como patrimônio e como história (Aquino, 2021).

Da mesma forma, o conceito de identidade local deve ser deslocado de sua compreensão essencialista para uma leitura crítica e situada. Em vez de concebê-la como expressão genuína de uma cultura originária, a identidade é entendida, na perspectiva de Stuart Hall (2006), como construção discursiva, performativa e relacional, marcada pela hibridez, pelo entrecruzamento de temporalidades e pela negociação constante com o poder. Isso significa reconhecer que as identidades locais não são dados, mas efeitos de práticas, disputas e posicionamentos que se dão em contextos específicos de enunciação.

No caso Kaingang, por exemplo, a identidade é continuamente (re)constituída nas práticas cotidianas da aldeia, nas celebrações rituais, nas lutas territoriais e nas formas de engajamento com o mundo não-indígena. As estratégias de autorrepresentação desenvolvidas no Museu Índia Vanuíre — como a curadoria compartilhada, os ciclos de contação de histórias e as oficinas de cerâmica (Figura 1) — são expressões desse processo dinâmico de afirmação identitária (Cury, 2021).

Figura 1 – Oficina de cerâmica



Fonte: Museu Índia Vanuíre, 2025¹.

6

Essa compreensão exige que se pense a memória e a identidade não como conteúdos a serem preservados, mas como processos em disputa, abertos ao conflito, à reinterpretação e à insurgência. Nesse sentido, as instituições patrimoniais são convocadas não a representar o outro, mas a abrir-se ao outro como produtor de narrativas, como sujeito epistêmico e como agente de reconfiguração simbólica. A memória indígena, portanto, não apenas reivindica lugar: ela

¹ Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/boletim-do-acervo/memoria-e-transmissao-dos-saberes-tradicionais-kaingang/>. Acesso em 23 mar. 2025.

transforma o próprio campo da patrimonialização, instaurando uma política da escuta e da presença.

A partir dessa problematização, o artigo desloca o foco da memória como representação para a memória como prática situada de reexistência; e da identidade como essência para a identidade como disputa viva e performativa. Esse deslocamento é fundamental para pensar o papel das instituições patrimoniais em contextos marcados pela colonialidade do saber, pela negação histórica e pela desigualdade narrativa. O que está em jogo, afinal, não é apenas o passado: é o direito a outros futuros possíveis, onde a pluralidade epistêmica se converta em horizonte político de justiça e reconhecimento.

3 INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS E PRÁTICAS DE MEMÓRIA: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL CRÍTICA

As instituições patrimoniais — arquivos, bibliotecas e museus — têm historicamente operado sob o paradigma moderno-colonial, que hierarquiza saberes e memórias conforme categorias forjadas pelo eurocentrismo e pela colonialidade do poder (Quijano, 2005; Mignolo, 2007). Essa lógica implicou, por séculos, na cristalização de determinadas narrativas históricas como universais, relegando ao esquecimento ou à marginalização as experiências e epistemologias de povos racializados, subalternizados e dissidentes. Nesse contexto, a decolonialidade surge não apenas como um projeto teórico, mas como uma prática crítica e insurgente frente ao controle epistêmico que molda as instituições culturais.

Walter Mignolo (2011) afirma que a colonialidade do saber se expressa na forma como o conhecimento é organizado, autorizado e legitimado. Arquivos, museus e bibliotecas foram — e muitas vezes ainda são — espaços de consagração da memória do Estado-nação, dos grupos dominantes e de uma historiografia oficial excluente. Como lembra Catherine Walsh (2009), é necessário desestabilizar a pretensa neutralidade desses espaços e revelar suas cumplicidades com a colonialidade.

A descolonização das práticas patrimoniais requer mais do que inclusão simbólica: exige uma transformação profunda das formas de escuta, curadoria, classificação, mediação e produção de sentidos. O “quem lembra” e o “o que se lembra” passam a ser problematizados, e o foco desloca-se da salvaguarda passiva para a co-produção da memória como ação política. Mario Chagas (2021) propõe, nesse sentido, uma “poética e política decolonial” no fazer museológico, que reconheça os territórios e os corpos como lugares de memória viva, insurgente, que desafiam a institucionalização verticalizada do patrimônio.

No caso dos Kaingang, a relação com o Museu Índia Vanuíre permite que haja a possibilidade concreta de subverter a lógica expositiva tradicional. As práticas de curadoria compartilhada, a presença constante de mestres e mestras de saber na mediação educativa e os rituais promovidos dentro do espaço museológico constituem formas de “museologia insurgente” (Chagas, 2021), orientadas não pela representação do outro, mas pela autorrepresentação Kaingang com base em seus próprios referenciais cosmológicos e epistemológicos. O museu torna-se, assim,

campo de disputa, negociação e invenção coletiva de memória, em que a oralidade, a interação e a produção de artefatos operam como dispositivos curoriais.

No campo dos arquivos, essa crítica se traduz na reivindicação por arquivos comunitários, contra-arquivos ou arquivos insurgentes, como apontado por Ketlyn Barbosa e Marcos Ludmer (2020), que argumentam que o fazer arquivístico pode se colocar a serviço da memória coletiva dos povos e não da burocratização da sua história. Arquivos de populações quilombolas e indígenas, vêm reivindicando o direito à autodeterminação narrativa, rompendo com o monopólio estatal da documentação e memória.

No caso dos Kaingang, esse movimento ganha contornos particulares diante de um histórico de apagamentos e distorções em registros institucionais. Durante décadas, documentos produzidos por órgãos indigenistas como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) — prontuários, relatórios e imagens — ajudaram a construir uma imagem do povo Kaingang filtrada por lentes coloniais, distanciada de suas cosmologias e formas de organização social. A luta atual dos Kaingang por reinterpretar esses acervos, bem como por estabelecer formas autônomas de registro e conservação de sua memória, expressa uma tentativa concreta de recuperar o controle sobre sua narrativa histórica. Isso se dá não apenas por meio da revisão de documentos arquivísticos, mas também pela valorização de modos próprios de transmissão do saber, como a oralidade, a arte e o ritual, ampliando o escopo do que pode ser considerado arquivo na perspectiva indígena.

Nas bibliotecas, o desafio decolonial assume contornos igualmente complexos. A biblioteca pública ou escolar, marcada por tradições catalográficas universalizantes e currículos normativos, precisa confrontar as ausências e silenciamentos em seus acervos e programas culturais. A biblioteca insurgente é aquela que reconhece a legitimidade de narrativas orais, de saberes locais e da literatura periférica, quilombola, indígena e afrodescendente, promovendo uma ruptura com o cânone e possibilitando a reapropriação cultural por parte das comunidades (Mortari, 2020).

Neste sentido, é preciso discutir o risco da cooptação institucional da diversidade. Muitas vezes, a incorporação de memórias “outras” ocorre de forma exotizante ou instrumentalizada, sem a devida participação das comunidades. A decolonialidade propõe, nesse ponto, não apenas a visibilidade, mas a reconfiguração do poder institucional. Ou seja, não se trata de representar o outro, mas de ceder espaço para que o outro represente a si mesmo, com seus próprios referenciais, métodos e prioridades. A experiência Kaingang no interior paulista mostra que esse deslocamento é possível — ainda que parcial e tensionado — quando os sujeitos indígenas tornam-se agentes ativos na redefinição das funções culturais das instituições.

Assim, arquivos, bibliotecas e museus, sob a perspectiva decolonial, não devem ser apenas espaços de guarda, mas lugares de luta, diálogo e transformação. O fortalecimento de identidades locais passa pelo reconhecimento de que tais identidades são forjadas em contextos de disputa simbólica, e que a memória coletiva não é dada, mas construída — e, por vezes, negada ou esquecida. Reverter esse processo demanda escuta, práticas horizontais de mediação cultural e o compromisso ético de descentrar o olhar. No caso dos Kaingang, a memória insurgente, performada

e territorializada, aponta caminhos para repensar o papel das instituições patrimoniais na construção de futuros de justiça epistêmica.

4 METODOLOGIA: RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS E INSURGÊNCIAS METODOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA DECOLONIAL

A produção de conhecimento nas ciências humanas e sociais foi historicamente estruturada a partir de paradigmas ocidentalizados que reproduziram a colonialidade do saber, ao afirmarem regimes epistemológicos baseados na objetividade distanciada, na hierarquização dos sujeitos e na homogeneização dos modos de conhecer (Quijano, 2005; Mignolo, 2007). Esses paradigmas tenderam a deslegitimar experiências, narrativas e formas de produção de conhecimento de povos racializados, comunidades periféricas e sistemas epistemológicos indígenas e tradicionais, ao subordiná-los a categorias analíticas externas e universalizantes. Nesse sentido, a crítica decolonial não se limitou à revisão de métodos, mas implicou o questionamento das ontologias e epistemes que sustentaram o próprio fazer científico.

A decolonialidade, compreendida como campo de ação e pensamento (Walsh, 2009), foi mobilizada neste estudo como proposta de desobediência às normatividades epistêmicas ocidentais e de construção de práticas metodológicas comprometidas com a justiça epistêmica, a escuta situada e a coautoria do conhecimento. Conforme apontou Linda Tuhiwai Smith (2018), a pesquisa científica, quando orientada por lógicas de extração, observação hierárquica e distanciamento crítico, constituiu uma das práticas mais persistentes da colonialidade. Em contraposição, a perspectiva decolonial deslocou o foco do “estudar sobre” para o “pesquisar com”, reconhecendo as comunidades como sujeitos epistêmicos e coprotagonistas do saber.

A partir desse deslocamento, a metodologia deste artigo foi organizada como qualitativa-crítica, articulando etnografias colaborativas (Lassiter, 2005) e princípios da pesquisa-ação participativa, especialmente nas formulações de Orlando Fals Borda (1978). A noção de *sentipensar*, proposta pelo autor, orientou a compreensão do processo investigativo como uma prática integradora de razão e emoção, corpo e território, sujeito e conhecimento. Essa abordagem reconheceu a memória não apenas como fonte empírica, mas como dimensão simbólica, subjetiva e corporal constitutiva da produção de sentido.

Nesse marco metodológico, as categorias analíticas que estruturaram o estudo de caso sobre os Kaingang — tais como memória como disputa política, epistemologias Kaingang e autorrepresentação, museologia insurgente e ecologia de saberes — operaram não apenas como instrumentos interpretativos, mas também como princípios orientadores da escuta, do registro e da análise. A centralidade da oralidade, dos rituais e da performatividade na epistemologia Kaingang, por exemplo, exigiu abordagens metodológicas que reconheceram o corpo, a ancestralidade e o território como dispositivos legítimos de produção de conhecimento (Aquino, 2021).

Dessa forma, a metodologia delineada articulou-se diretamente com a proposta de uma “ecologia de saberes” (Santos, 2010), ao recusar a monocultura epistemológica e afirmar a

coexistência de rationalidades plurais. A memória, nesse escopo, não foi tratada como um dado a ser coletado ou arquivado, mas como uma prática viva e situada, atravessada por disputas simbólicas que se materializaram no corpo, na palavra e no território. A pesquisa, portanto, assumiu um caráter situado e relacional, sendo compreendida não como ato neutro, mas como uma intervenção ética e política comprometida com a reexistência dos povos e com a construção de justiça epistêmica e patrimonial.

5 ESTUDO DE CASO: MEMÓRIA KAINGANG NO INTERIOR PAULISTA — PRÁTICAS CULTURAIS, DISPUTAS PATRIMONIAIS E EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES

O presente estudo de caso foi desenvolvido a partir de uma abordagem metodológica decolonial, pautada por epistemologias insurgentes, etnografia colaborativa e práticas de escuta. Articulou-se à investigação da atuação de povos indígenas no campo da memória institucionalizada e da produção patrimonial, tendo como foco a experiência do povo Kaingang na Terra Indígena Vanuíre, no município de Arco-Íris (SP), e sua interlocução com o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, localizado em Tupã.

5.1 A Terra Indígena Vanuíre: Memória, Território e Subordinação Colonial

A Terra Indígena Vanuíre abriga uma população composta por aproximadamente 245 pessoas, sendo majoritariamente Kaingang, além de representantes dos povos Terena, Krenak, Atikum e Fulni-ô (Possari, 1995). Localizada no município de Arco-Íris, interior do estado de São Paulo, sua constituição territorial remonta a uma trajetória marcada por processos sistemáticos de deslocamentos forçados, confinamento territorial e institucionalização da violência indigenista promovida pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI. Esses mecanismos configuraram o que Quijano (2005) define como colonialidade do poder: a articulação entre dominação territorial, subalternização epistemológica e exploração econômica.

Como analisam Quintero e Maréchal (2020), os processos de territorialização promovidos pelo Estado brasileiro no século XX, especialmente a partir do regime de aldeamento e da política dos "toldos", implicaram formas de disciplinamento do corpo indígena, reestruturação forçada da organização social e reconfiguração dos modos de vida. No caso Kaingang, a instalação compulsória em territórios reduzidos, a sedentarização imposta e a inserção subordinada em frentes de trabalho agrícola exemplificam a lógica de subjugação típica do capitalismo colonial/moderno. Nesse sentido, a Terra Indígena Vanuíre, como outras do Sudeste, constitui um espaço da colonialidade persistente, onde o controle estatal sobre o território e os corpos indígenas é reiteradamente exercido sob a lógica do confinamento e da integração forçada (Quintero; Maréchal, 2020).

As condições atuais da aldeia expressam um quadro de tensões entre permanência cultural e precariedade estrutural. Embora as habitações sejam em sua maioria de alvenaria, o acesso a serviços essenciais — como saúde, educação intercultural, transporte público e políticas de cultura — permanece restrito, revelando o racismo institucional que estrutura as relações do

Estado com as populações indígenas. A juventude indígena, frequentemente exposta a discursos de assimilação e apagamento cultural, tende a se afastar dos saberes tradicionais, o que amplia os desafios de manutenção da identidade Kaingang.

A transmissão dos conhecimentos tradicionais, especialmente os relacionados à medicina ancestral, espiritualidade e organização social, é responsabilidade dos Kujà, figuras centrais no sistema epistemológico Kaingang. Como discutem (Aquino, 2021), os Kujà são guardiões dos saberes oriundos da floresta — entendida não como recurso natural, mas como sujeito pedagógico, espaço sagrado e matriz epistêmica. Sua destruição, motivada por monoculturas, avanço do agronegócio e desmatamento ilegal, equivale à destruição dos próprios fundamentos do saber indígena (Aquino, 2021).

Essa relação ontológica entre território e saber produz um entendimento distinto do espaço: ao contrário da lógica ocidental de uso e exploração, a concepção Kaingang de território pressupõe reciprocidade, escuta e ancestralidade. A devastação ambiental, portanto, não é apenas ecológica, mas também epistêmica, afetando diretamente a continuidade dos rituais, da cosmologia e da produção simbólica. Como afirma (Aquino, 2021), derrubar uma floresta para um Kaingang equivale a destruir uma universidade ou uma igreja para o homem branco — uma analogia que explicita o abismo entre os regimes de sentido e legitima a urgência de abordagens que incorporem os referenciais indígenas como centrais na discussão sobre patrimônio e memória.

5.2 O Museu Índia Vanuíre: Patrimônio em Disputa

11

Fundado em 1966 e vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre possui um dos acervos mais significativos sobre culturas indígenas do Sudeste brasileiro, com destaque na história dos povos Kaingang, Terena e Guarani Nhandewa (Gazoni, 2014). Seu acervo reúne mais de 38 mil peças, entre objetos etnográficos, fotografias históricas, documentos administrativos, registros orais e materiais arqueológicos, muitos deles coletados em contextos de violência simbólica, mediação assimétrica ou apropriação institucional (Acam Portinari, 2024). Tais objetos foram sistematicamente catalogados dentro de uma lógica museológica moderna, que, como apontam Quijano (2005) e Mignolo (2007), reforça a colonialidade do saber ao enquadrar povos indígenas como testemunhos estáticos de um passado remoto e não como sujeitos históricos contemporâneos.

Durante décadas, o museu operou sob um regime de representação centrado na exotização, na vitrinização do outro e na construção de narrativas que reforçavam estereótipos da indigenidade como diferença cultural domesticada. A museografia tradicional reproduzia o indígena como figura imóvel, desprovida de agência, o que se expressava tanto na ausência de participação indígena nos processos curoriais quanto na linguagem das legendas, muitas vezes ofensiva ou imprecisa.

No entanto, a partir dos anos 2010, impulsionado por articulações com lideranças da Terra Indígena Vanuíre, por pressões de movimentos indígenas e por programas de democratização cultural, o museu iniciou um processo de reconfiguração institucional. A criação do Centro de

Referência Kaingang, com a presença contínua de lideranças, artesãos e educadores indígenas no espaço museal, marcou um ponto de inflexão. Essa presença transformou o museu em espaço de disputa ativa pela memória, em que os Kaingang passaram a exercer não apenas o direito à representação, mas o direito à autoinscrição e à coprodução da memória pública.

As "Semanas dos Povos Indígenas"¹², por sua vez, promovem atividades como oficinas de grafismo corporal, rodas de conversa, produção audiovisual e cerimônias tradicionais, em que os sujeitos indígenas assumem o protagonismo das mediações culturais. Como demonstra Cury (2021), essas ações tensionam o modelo museológico hegemônico ao instaurarem formas de curadoria insurgente, centradas na oralidade, na performatividade e na pedagogia decolonial. O museu, nesse processo, deixa de ser espaço de fala sobre os indígenas e torna-se lugar de fala com e a partir dos indígenas.

Essa transição não é isenta de contradições. Persistem desafios relacionados à estrutura física, à burocracia estatal, à curadoria institucionalizada e à resistência de setores conservadores. Ainda assim, a experiência do Museu Índia Vanuíre constitui um exemplo importante de como instituições patrimoniais podem se tornar campos de ressignificação simbólica, abrindo-se à ecologia de saberes (Santos, 2010) e aos direitos epistêmicos de povos historicamente subalternizados.

6 MAPEANDO INSURGÊNCIAS: CATEGORIAS PARA COMPREENDER A MEMÓRIA KAIKGANG

12

As categorias analíticas que estruturam a leitura deste estudo de caso foram formuladas a partir da abordagem metodológica decolonial apresentada na seção 4, articulando etnografia colaborativa, escuta e produção situada do conhecimento. Longe de serem instrumentos neutros de descrição, as categorias emergem como ferramentas críticas para compreender a memória e o patrimônio a partir da experiência concreta dos Kaingang e de seus enfrentamentos cotidianos com as formas institucionais de silenciamento e representação.

Trata-se, portanto, de categorias forjadas na interseção entre prática de campo e referencial teórico, que operam como lentes interpretativas para revelar os conflitos simbólicos e epistêmicos em torno da memória indígena. São elas: (1) memória como disputa política, que tensiona os regimes hegemônicos de lembrança; (2) epistemologias Kaingang e autorrepresentação, que propõem rupturas com os dispositivos de classificação ocidental; (3) museologia insurgente e reexistência, que desafia a vitrínização do outro e ativa práticas de coautoria; e (4) ecologia de saberes e patrimônio contra-hegemônico, que amplia os horizontes curoriais a partir da pluralidade epistêmica. A escolha dessas categorias traduz o compromisso da pesquisa com uma análise situada, comprometida e alinhada aos princípios da justiça cognitiva.

6.1 Memória como Disputa Política

² Disponível em: <https://museuindianavuivre.org.br/noticias/semana-dos-povos-indigenas-acontece-de-8-a-17-de-abril-no-museu-india-vuivre-em-tupa-sp/>. Acesso 12 jun. 2025.

A memória coletiva, longe de ser um repositório neutro de lembranças consensuais, constitui um terreno atravessado por disputas, silenciamentos e assimetrias de poder. Como destaca Elizabeth Jelin (2002), os conflitos em torno da memória dizem respeito a quem tem o direito de narrar, quais experiências são legitimadas como dignas de serem lembradas e por meio de quais dispositivos essa lembrança se institucionaliza. Nesse contexto, a memória é uma arena onde se confrontam diferentes projetos de mundo, e não uma simples evocação do passado.

No caso Kaingang, essa disputa manifesta-se de forma incisiva nas relações com o Museu Índia Vanuíre. A presença dos Kaingang na instituição não visa apenas o reconhecimento de sua história, mas a transformação do próprio regime de memória. Em vez de uma memória institucionalizada, escrita e monumentalizada sob a lógica do Estado e do acervo fixo, os Kaingang reivindicam uma memória viva — aquela que é transmitida por meio da oralidade, dos cantos, dos rituais, das narrativas performáticas e da pedagogia dos corpos.

Essa prática de memória se configura como reexistência, no sentido proposto por Walsh (2009): não apenas como resistência à opressão, mas como afirmação contínua de modos de ser, saber e viver que escapam à normatividade colonial. Trata-se de uma memória insurgente, que se atualiza na prática cotidiana e desafia os marcos temporais da modernidade ocidental. É na disputa por essa memória viva que os Kaingang transformam o museu de espaço de enunciação do outro em plataforma de autorrepresentação insurgente.

6.2 Epistemologias Kaingang e Autorrepresentação

13

A cosmologia Kaingang é estruturada a partir de um sistema dualista ancestral, kamã/kanhru, que orienta não apenas as regras matrimoniais e a divisão social, mas também as relações com o território, os ciclos da natureza e os modos de conhecer. Como descreve Aquino (2021), trata-se de uma ontologia relacional e não dicotômica, onde os pares complementares não operam por exclusão, mas por reciprocidade dinâmica — uma lógica que contrasta frontalmente com a racionalidade classificatória ocidental.

Essa epistemologia Kaingang manifesta-se nas pinturas corporais, nos rituais de passagem, nos mitos fundadores e, sobretudo, na transmissão oral dos saberes — mecanismo fundamental de continuidade cultural. Cada elemento do corpo, da paisagem e do tempo é carregado de significado simbólico e pedagógico, compondo um sistema de conhecimento que não se separa da vida cotidiana nem do corpo-território.

Quando lideranças Kaingang reivindicam o direito de reconfigurar a exposição do acervo no Museu Índia Vanuíre com base em suas cosmologias, elas desafiam os critérios eurocentrados de taxonomia museal e instauram um novo paradigma curatorial: insurgente, situado e contra-hegemônico. Essa autorrepresentação não se limita à inclusão estética de objetos, mas propõe uma virada epistêmica — um museu que fala com os Kaingang e a partir de seus próprios códigos simbólicos, e não apenas sobre eles (CPI-SP, s/a).

Nesse sentido, a presença indígena ativa no espaço expositivo opera como descolonização simbólica e restituição de agência narrativa. O museu deixa de ser lugar de fixação de identidades para se tornar um território de tradução intercultural e performance epistemológica.

6.3 Museologia Insurgente e Reexistência

A museologia insurgente não se limita à crítica do modelo tradicional de museu — aquele pautado pela lógica da vitrine, da neutralidade científica e da autoridade curatorial —, mas propõe uma reconfiguração radical do museu como território de escuta, criação e disputa simbólica. Mario Chagas (2015) argumenta que os museus podem e devem operar como espaços de poética e política decolonial, comprometidos com as experiências vivas, plurais e insurgentes dos sujeitos historicamente silenciados.

No contexto do Museu Índia Vanuíre, a atuação de artesãos, líderes espirituais e contadores de histórias Kaingang, bem como a realização de oficinas de cestaria, grafismo corporal, rituais públicos e rodas de conversa, configuraram práticas museológicas que rompem com a colonialidade da representação. Tais práticas não se restringem à mediação cultural, mas reconfiguram o museu como um lugar de reexistência — conceito proposto por Walsh (2009) para designar formas de vida que persistem e se reinventam frente à opressão sistêmica, sem se limitar à lógica da resistência reativa.

A museologia insurgente que emerge dessas experiências se ancora na performance, na oralidade, no corpo e no território. O saber não é apresentado como conteúdo a ser aprendido, mas como relação a ser vivida. Os eventos protagonizados pelos Kaingang durante as "Semanas dos Povos Indígenas" ilustram essa dinâmica: não há apenas "exibição de cultura", mas produção de mundos compartilhados, nos quais o público é convidado a vivenciar outras formas de tempo, de sensibilidade e de pertencimento.

Nesse sentido, o museu deixa de ser um espaço que documenta o passado indígena e torna-se um território simbólico onde se projetam futuros possíveis — futuros nos quais os próprios indígenas decidem o que, como e por que deve ser lembrado. A museologia insurgente, portanto, é inseparável da reexistência como projeto político e epistêmico.

6.4 Ecologia de Saberes e Patrimônio Contra-Hegemônico

A noção de ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010), constitui uma crítica contundente à monocultura do conhecimento científico ocidental, ao propor que diferentes sistemas epistemológicos — indígenas, afro-diaspóricos, populares, tradicionais — sejam reconhecidos não apenas como válidos, mas como indispensáveis à construção de uma ciência social plural, situada e comprometida com a justiça cognitiva. No campo patrimonial, essa ecologia implica romper com a lógica de centralização e hierarquização dos saberes promovida pelas instituições culturais modernas.

No Museu Índia Vanuíre, esse princípio tem ganhado expressão em práticas como a tradução de legendas e painéis expositivos para a língua Kaingang, a incorporação de narrativas orais como fonte legítima de memória e a centralidade da floresta — entendida pelos Kujá como entidade viva e pedagógica — como fundamento simbólico do acervo. Tais ações desestabilizam o modelo ocidental de curadoria centrada na escrita, na classificação e na objetividade, substituindo-o por uma lógica relacional, territorializada e plural.

O museu, sob essa perspectiva, deixa de ser apenas um local de preservação e passa a funcionar como campo de disputa ontológica, onde diferentes modos de ver, sentir e significar o mundo entram em diálogo — e, muitas vezes, em confronto. As epistemologias Kaingang não apenas questionam o conteúdo das exposições, mas também sua forma: desafiam a linearidade do tempo histórico, a separação entre sujeito e objeto, e a autoridade do olhar externo sobre a cultura.

Essa perspectiva contra-hegemônica não visa à substituição de uma epistemologia por outra, mas à convivência entre elas sob condições de horizontalidade. A ecologia de saberes propõe um museu que seja menos um templo de consagração do passado e mais uma encruzilhada de sentidos, onde a memória é sempre uma construção situada, relacional e política.

6.5 Síntese das categorias de análise aplicadas ao caso Kaingang

As categorias selecionadas foram derivadas diretamente da observação crítica dos modos de atuação do povo Kaingang junto ao Museu Índia Vanuíre, bem como da análise do entrelaçamento entre epistemologias indígenas e dispositivos institucionais de patrimonialização. Cada categoria representa uma dimensão do embate entre lógicas coloniais e insurgências decoloniais, estruturando uma leitura crítica sobre os modos como a memória é mobilizada como política, disputa e resistência. O quadro abaixo apresenta, de forma sintética, essas categorias e suas implicações teórico-práticas no estudo de caso:

Quadro 1 – Categorias de Análise da Memória Kaingang

Categoria de Análise	Descrição Teórica	Expressão no Estudo de Caso (Kaingang)	Referência Principal
Memória como Disputa Política	Memória como campo de conflito simbólico e político, marcada por disputas de legitimidade, visibilidade e institucionalização. A memória viva se opõe à monumentalizada.	Tensão com o Museu Índia Vanuíre e a reivindicação de uma memória oral, ritualística e corporal. Os Kaingang recusam a vitrínização de sua história.	Jelin (2002), Walsh (2009)
Epistemologias Kaingang e Autorrepresentação	Ontologia relacional baseada na dualidade kamã/kanhru; rejeição da lógica classificatória ocidental. Autorrepresentação como ruptura com curadorias hegemônicas.	Reconfiguração do acervo segundo cosmologias próprias. Pintura corporal, oralidade e territorialidade como bases epistemológicas de exposição.	Aquino, 2021
Museologia Insurgente e Reexistência	Museologia ativada como espaço de criação e escuta insurgente, que transforma a instituição patrimonial em território de reexistência e coautoria indígena.	Rituais, oficinas e narrativas conduzidas pelos próprios indígenas durante eventos institucionais. A museologia deixa de ser sobre para ser com e por.	Walsh (2009), Chagas (2021)
Ecologia de Saberes e Patrimônio Contra-Hegemônico	Crítica à monocultura do saber ocidental. Integração entre diferentes epistemes como base para práticas patrimoniais plurais, horizontais e situadas.	A floresta como arquivo, a oralidade como método e a tradução cultural como prática curatorial. A presença Kaingang desconstrói o modelo museal ocidental.	Santos (2010), Smith (2018)

Ao sistematizar as categorias analíticas em um quadro 1, buscou não apenas sintetizar os principais vetores críticos do estudo, mas também demonstrar a potência política e epistêmica do caso Kaingang como um paradigma de reconfiguração das práticas patrimoniais. As dimensões aqui destacadas demonstram como a memória indígena, longe de ser um vestígio do passado, atua como agente de ruptura, de criação simbólica e de deslocamento institucional. Com base nisso, a análise segue examinando cada uma das categorias em profundidade, com vistas a interpretar seus efeitos e tensões no campo da patrimonialização decolonial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: INSURGÊNCIAS DA MEMÓRIA E OS DESLOCAMENTOS DO PATRIMÔNIO

O percurso teórico-metodológico e analítico desenvolvido ao longo deste artigo permitiu demonstrar o quanto as instituições patrimoniais — historicamente forjadas sob o paradigma moderno-colonial — seguem operando como dispositivos de poder simbólico, marcados pela colonialidade do saber, pela lógica classificatória eurocentrada e pela objetificação da diferença. Ao tensionar essas estruturas a partir da experiência do povo Kaingang na Terra Indígena Vanuíre e no Museu Índia Vanuíre, foi possível identificar práticas de ruptura, resistência e reexistência que questionam os fundamentos da patrimonialização hegemônica.

O estudo revelou que os Kaingang não apenas ocupam simbolicamente os espaços institucionais, mas os reinscrevem desde outros regimes de memória, temporalidade e sentido. Suas ações performativas, pedagógicas e cosmológicas no interior do museu não operam como apêndice da museologia tradicional, mas como fissura: lugar de ruptura, deslocamento e reinvenção da

própria ideia de patrimônio. Os processos de curadoria compartilhada, a presença ativa dos Kujà, os ciclos de oralidade, os rituais e oficinas não são práticas "complementares" à política patrimonial — são formas insurgentes de agência epistêmica que desestabilizam os pressupostos de neutralidade, universalidade e científicidade que ainda regem o campo museal.

As categorias de análise mobilizadas — memória como disputa política; epistemologias Kaingang e autorrepresentação; museologia insurgente e reexistência; ecologia de saberes e patrimônio contra-hegemônico — permitiram mapear os múltiplos enfrentamentos simbólicos travados pelos Kaingang. Mais do que conceitos analíticos, essas categorias funcionaram como chaves hermenêuticas que colocaram em primeiro plano o conflito, a negociação e a insubordinação que marcam a relação entre os saberes indígenas e as institucionalidades patrimoniais. O que se vê é uma memória que não se deixa capturar pelo arquivo, pelo documento ou pela vitrine — mas que se atualiza no corpo, no território, na floresta e na oralidade como prática de insurgência e invenção de mundo.

No campo dos arquivos e das bibliotecas, a luta por autodeterminação narrativa se expressa na recusa da história como dispositivo burocrático e na afirmação de outras formas de produzir e conservar a memória. A proposta de arquivos insurgentes, contra-arquivos e bibliotecas insurgentes não se limita à inserção de novos conteúdos nos acervos existentes, mas propõe o desmonte das próprias lógicas de legitimação, organização e mediação do conhecimento. Os Kaingang, nesse sentido, não pleiteiam espaço numa estrutura excludente — eles questionam as fundações dessa estrutura e propõem outras formas de presença, escuta e permanência.

A contribuição deste estudo está em demonstrar que as práticas de reexistência Kaingang não são respostas adaptativas ou estratégias de sobrevivência cultural: são ontologias políticas, formas de estar no mundo que desafiam diretamente o monopólio da modernidade ocidental sobre os critérios de verdade, autenticidade e legitimidade. O museu, nesse cenário, não é apenas palco — é campo de disputa. E a memória, longe de ser um depósito de fragmentos do passado, é território de luta, narrativa performada, política do presente.

É urgente, portanto, reconhecer que a patrimonialização — tal como vem sendo pensada e operada — já não responde às demandas dos povos subalternizados. Mais do que representá-los, é preciso criar condições concretas para que sejam sujeitos narrativos plenos, produtores de sentidos e agentes epistêmicos. O caso Kaingang mostra que isso é possível, mas exige deslocamento, escuta e renúncia às pretensões universalistas da cultura institucionalizada.

O que está em jogo, afinal, não é apenas a memória de um povo. É a disputa por regimes de verdade, por modos de ver e organizar o mundo, por futuros possíveis onde a justiça epistêmica deixe de ser uma promessa abstrata e se torne práxis insurgente e cotidiana. Que as instituições patrimoniais — se quiserem, de fato, estar à altura de seu tempo — aprendam a habitar essa complexidade e a escutar os silêncios que ajudaram a produzir.

REFERÊNCIAS

ACAM PORTINARI. **Relatório anual 2023: ações e resultados dos museus sob gestão da ACAM Portinari.** Brodowski: ACAM Portinari, 2024. Disponível em: <https://www.acamportinari.org>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AQUINO, A. M. d. "living with joy": history, sociability, and alterity in kaingang ritual life. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 8, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/bNrFHMLN6rXCgwFBGJRB9DH/>. Acesso: 21 abr 2025

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAGAS, Mário. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 120-137, 2021.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPI-SP). **Povos indígenas em São Paulo: Kaingang**. (s/d). Disponível em: <https://cpisp.org.br/povos-indigenas-em-sao-paulo/povos-indigenas/kaingang/>. Acesso em: abr. 2025.

CURY, M. X. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena – percurso documental, requalificação e colaboração. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/172430> . Acesso em: 21 abr. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2nd ed. Harlow: Pearson Education, 2001.

FALS BORDA, O. **O problema de como investigar a realidade para transformá-la pela práxis**. Bogotá: Edições Tercer Mundo, 1978.

GAZONI, P. M.. **O contemporâneo no museu: os Kaingang e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre de Tupã (SP)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.103.2014.tde-13022015-102749> . Acesso em: 3 abr. 2025.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LASSITER, L. E. **The Chicago guide to collaborative ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience and the decolonial option: a manifesto. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/62j3w283> . Acesso em: 3 abr. 2025.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Narrativas insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. 392 p.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POSSARI, L. d. R. **Bravos Kaingang**. Tupã: Cingral, 1993, p. 20.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 3 abr. 2025.

QUINTERO, P.; MARÉCHAL, C. Populações Kaingang, processos de territorialização e capitalismo colonial/moderno no Alto Uruguai (1941-1977). **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 155-190, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300005>.

SANTOS, B. d. S.. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** 2. ed. São Paulo: Duna Editora, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des)De El In-Surgir, Re-Existir y Re-Vivir. **Educação Online**, Rio de Janeiro, Brasil, n. 4, 2009. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1802>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Concepção e Design do Estudo: Graziella Plaça Orosco de Souza e Sandra Medina Benini conceberam a ideia central do estudo, definiram os objetivos da pesquisa e delinearam a abordagem teórico-metodológica decolonial.

Curadoria de Dados: Graziella Plaça Orosco de Souza e Fernando Lopes da Silva realizaram a organização, sistematização e verificação dos dados empíricos e documentais utilizados no estudo.

Análise Formal: Graziella Plaça Orosco de Souza, Sandra Medina Benini e Fernando Lopes da Silva participaram da análise crítica e interpretativa dos dados, articulando-os aos referenciais teóricos adotados.

Aquisição de Financiamento: Não se aplica. O estudo não contou com financiamento externo específico.

Investigação: Graziella Plaça Orosco de Souza e Fernando Lopes da Silva conduziram as atividades de investigação empírica, incluindo observação, análise documental e participação em atividades culturais e educativas junto ao povo Kaingang e ao Museu Índia Vanuíre.

Metodologia: Graziella Plaça Orosco de Souza e Sandra Medina Benini desenvolveram e ajustaram as metodologias aplicadas no estudo, com base na etnografia colaborativa, pesquisa participativa e perspectivas decoloniais.

Redação – Rascunho Inicial: Graziella Plaça Orosco de Souza foi responsável pela redação da primeira versão do manuscrito.

Redação – Revisão Crítica: Sandra Medina Benini, Fernando Lopes da Silva e Geise Brizotti Pasquotto contribuíram com a revisão crítica do texto, aprimorando a clareza, a coerência argumentativa e o rigor acadêmico.

Revisão e Edição Final: Graziella Plaça Orosco de Souza, Sandra Medina Benini e Geise Brizotti Pasquotto realizaram a revisão final e os ajustes necessários para adequação do manuscrito às normas da revista.

Supervisão: Sandra Medina Benini supervisionou o desenvolvimento do estudo, acompanhando as etapas da pesquisa e garantindo a qualidade científica e ética do trabalho.

20

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Eu/Nós, Graziella Plaça Orosco de Souza; Sandra Medina Benini; Fernando Lopes da Silva; Geise Brizotti Pasquotto, declaramos que o manuscrito intitulado “**Memórias coletivas em disputa e identidades insurgentes: o protagonismo Kaingang em instituições patrimoniais**”:

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou a interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
 2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar a análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
 3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.
-